

Governança Económica da UE Modelo & Semestre Europeu

Paula Costa

Diretora do Departamento de Política Europeia

Pedro Duarte Silva

Chefe de Divisão de Políticas Públicas

GPEARI, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Lisboa, 04.outubro.2016

As opiniões expressas nesta apresentação são dos intervenientes. Qualquer erro ou omissão é da responsabilidade dos mesmos.

- 1 **Enquadramento**
- 2 Quatro Eixos de **Governança Económica**
- 3 **Semestre Europeu**
- 4 **Portugal**: o Semestre Europeu e o Pós-Programa
- 5 **Organização Institucional**

A Europa antes da crise...

Desequilíbrios económicos crescentes

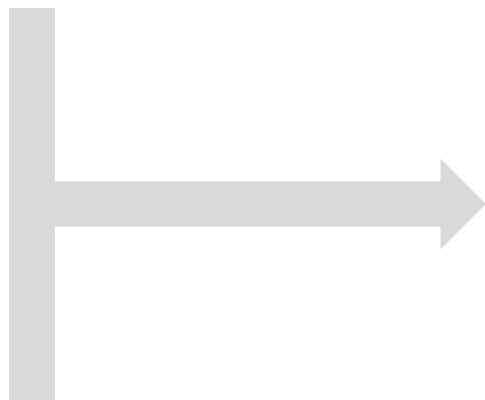
- Fracasso no cumprimento dos requisitos da UEM
- Acumulação insustentável de dívida pública e privada
- Excesso de risco no setor bancário
- Despesa pública procíclica
- Défices externos excessivos
- Deterioração da competitividade



Mecanismos de governação inadequados

- Insuficiência de mecanismos de monitorização e de imposição para salvaguardar disciplina orçamental
- Inexistência de instrumentos para lidar com desequilíbrios macroeconómicos
- Inexistência de mecanismo de resolução de crises de dívida soberana na área do euro
- Inexistência de uma arquitetura integrada ao nível europeu de supervisão e regulação bancária

Crise sistémica do euro



**Insuficiência de mecanismos de
coordenação e governação
económica**

**Novo Modelo de Governação
Económica**

Novo Modelo de Governança Económica

4 Eixos

- ➔ Instrumentos de Estabilização
- ➔ União Bancária
- ➔ Monitorização Orçamental
- ➔ Monitorização Macroeconómica

➔ Instrumentos de Estabilização

- Mecanismo de apoio financeiro a médio-prazo às balanças de pagamentos
- Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira
- Fundo Europeu de Estabilidade Financeira
- Mecanismo Europeu de Estabilidade

➔ União Bancária

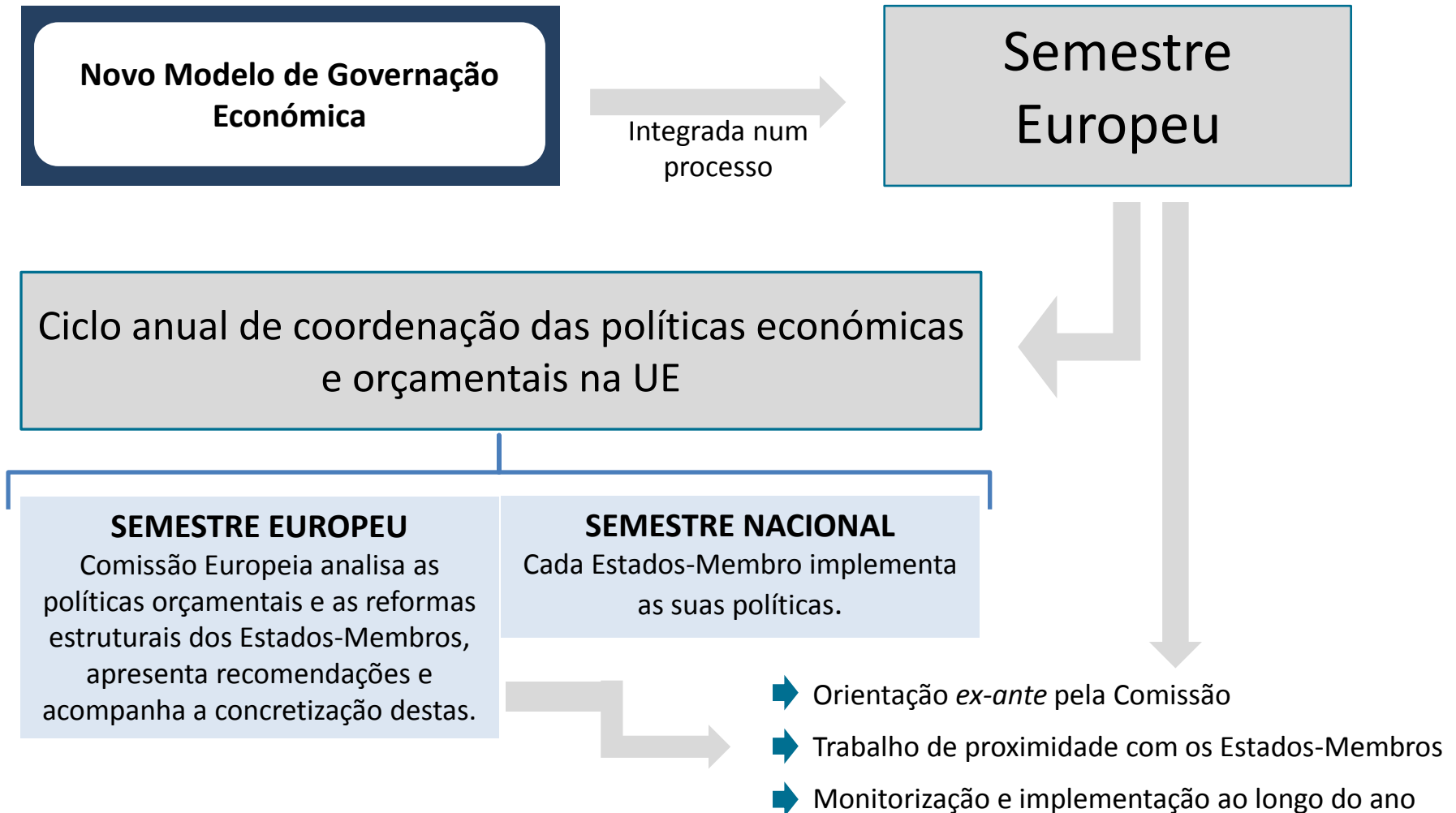
- Mecanismo Único de Supervisão
- Mecanismo Único de Resolução
- Sistemas de Garantia de Depósitos

➔ Monitorização Orçamental

- Vertente Preventiva
- Vertente Corretiva

➔ Monitorização Macroeconómica

- Vertente Preventiva
- Vertente Corretiva



Semestre Europeu

3 VERTENTES DE COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS

Macroeconómica



reformas estruturais, centradas na promoção do crescimento e do emprego de acordo com a Estratégia Europa 2020

Orçamental

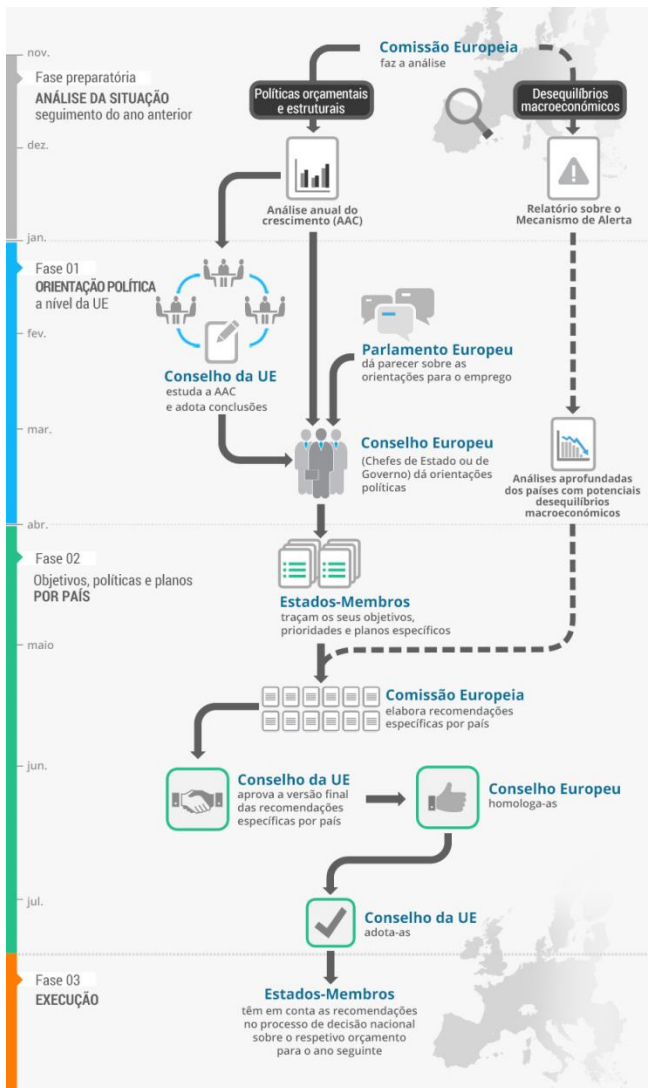


políticas orçamentais, para garantir a sustentabilidade das finanças públicas de acordo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento

Estrutural



prevenção de desequilíbrios macroeconómicos



Semestre Europeu

3 FASES (+1 Preparatória)

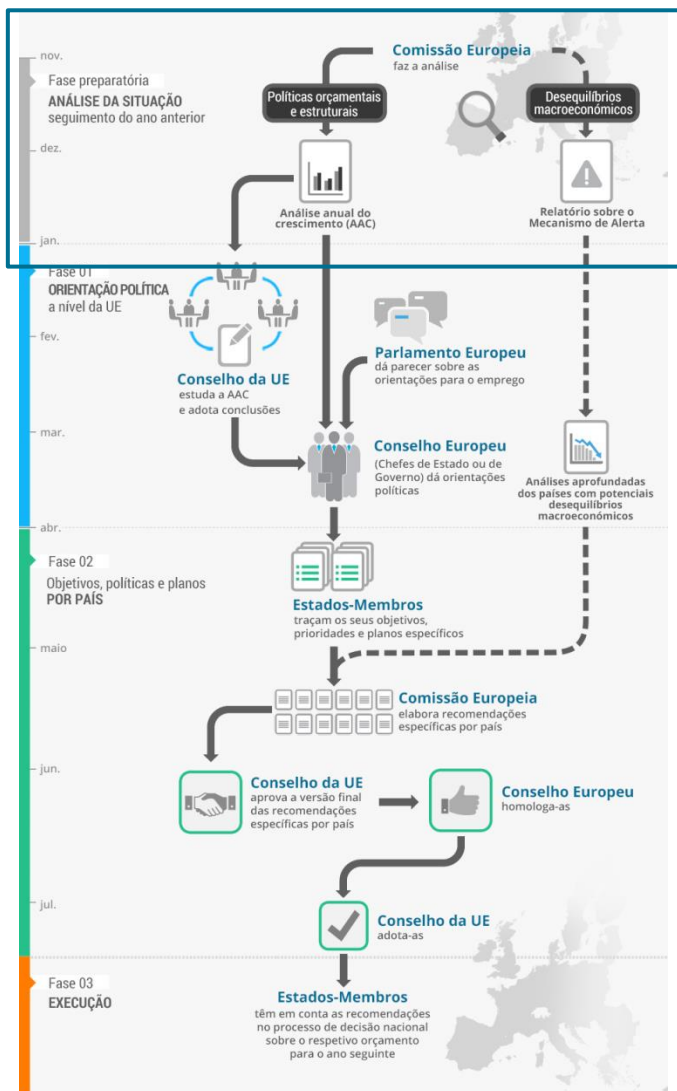
- 0 ANÁLISE DA SITUAÇÃO
- 1 ORIENTAÇÃO POLÍTICA
- 2 POLÍTICAS POR PAÍS
- 3 EXECUÇÃO

Novembro-Dezembro

Janeiro-Março

Abril-Julho

Julho-Dezembro



0

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

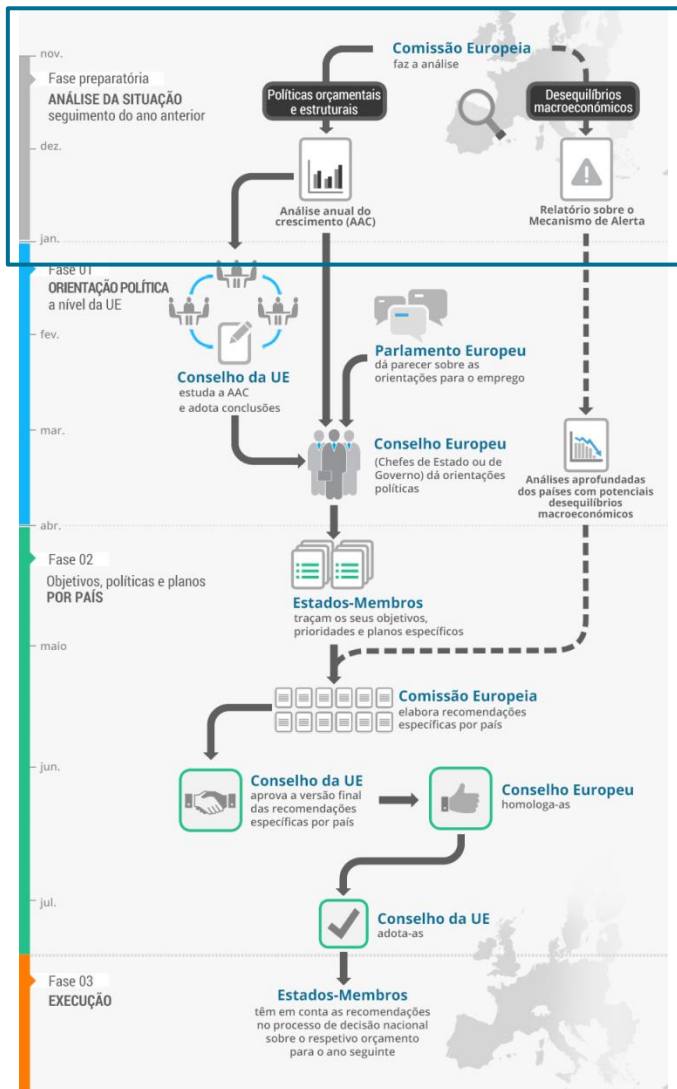
ANÁLISE ANUAL DO CRESCIMENTO *Annual Growth Survey*

A Análise Anual do Crescimento apresenta as prioridades políticas que, no entender da Comissão, os Estados-Membros devem ter em conta quando preparam as políticas económicas para o ano seguinte, com base nos objetivos da Estratégia Europa 2020 nos domínios do emprego, da educação, da inclusão social, da inovação e do clima/utilização da energia.

Este relatório é ainda acompanhado por:

- Relatório sobre o Mecanismo de Alerta;
- Relatório Conjunto sobre o Emprego;
- Recomendações específicas para a área do euro.

NOVEMBRO



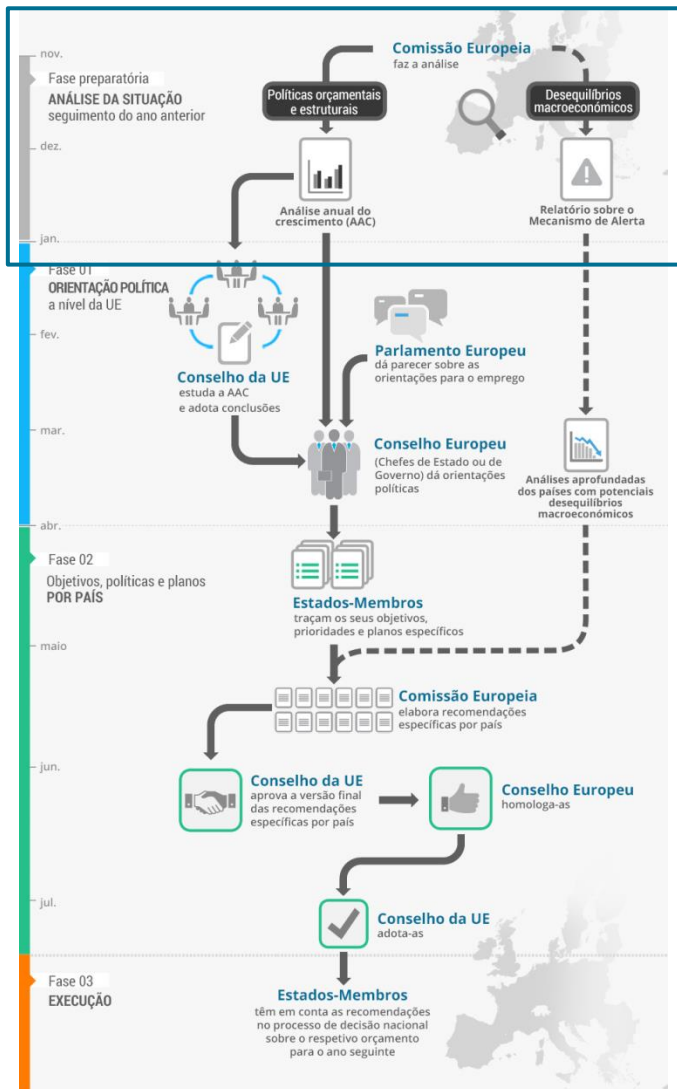
0 ANÁLISE DA SITUAÇÃO

RELATÓRIO SOBRE O MECANISMO DE ALERTA *Alert Mechanism Report*

O Relatório sobre o Mecanismo de Alerta identifica os Estados-Membros cuja situação macroeconómica pode exigir uma avaliação aprofundada.

O mecanismo de alerta faz parte do Procedimento relativo aos Desequilíbrios Macroeconómicos, concebido para prevenir e monitorizar desequilíbrios macroeconómicos nos Estados-Membros.

NOVEMBRO



0

(ANÁLISE DA SITUAÇÃO)

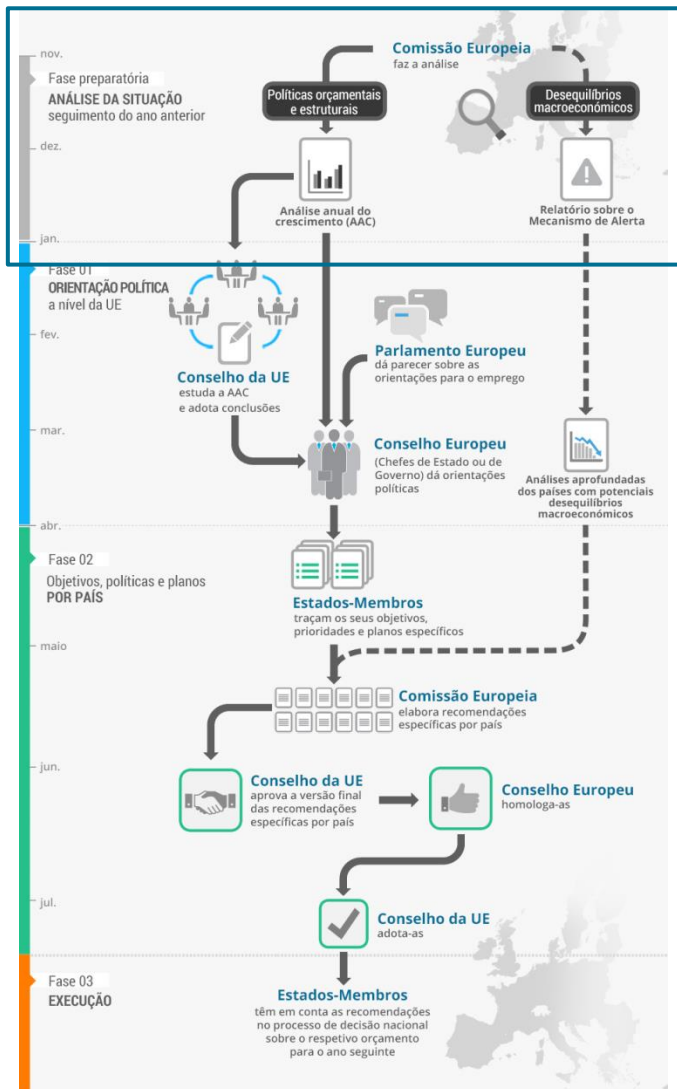
RECOMENDAÇÕES SOBRE A ÁREA DO EURO *Euro Area Recommendations*

Documento elaborado pela Comissão que apresenta uma análise da situação económica dos Estados-Membros cuja moeda é o euro, identificando desafios comuns e estabelecendo um conjunto de orientações de política económica.

Este documento é aprovado pelo Conselho da UE em janeiro, depois é homologado pelo Conselho Europeu em fevereiro e adotado pelo Conselho da UE em março.

As recomendações sobre a área do euro acompanham a Análise Anual do Crescimento de modo a melhor integrar a as dimensões nacional e a da área do euro no processo de governação.

NOVEMBRO



0

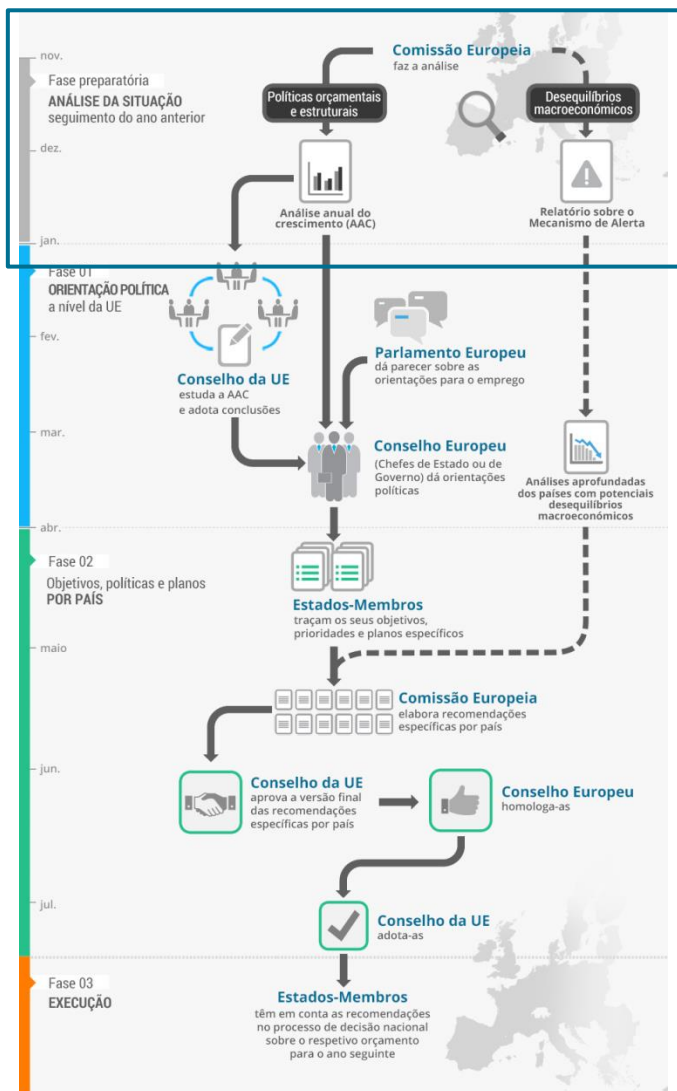
ANÁLISE DA SITUAÇÃO

PREVISÕES ECONÓMICAS

Economic Forecasts

Exercício trianual [Outono, Inverno, Primavera] de atualização das previsões macroeconómicas e orçamentais referentes à UE, a cada um dos Estados-Membros e à área do euro, bem como a algumas das outras grandes economias do mundo e aos países que são candidatos à adesão à UE.

NOVEMBRO/FEVEREIRO/MAIO

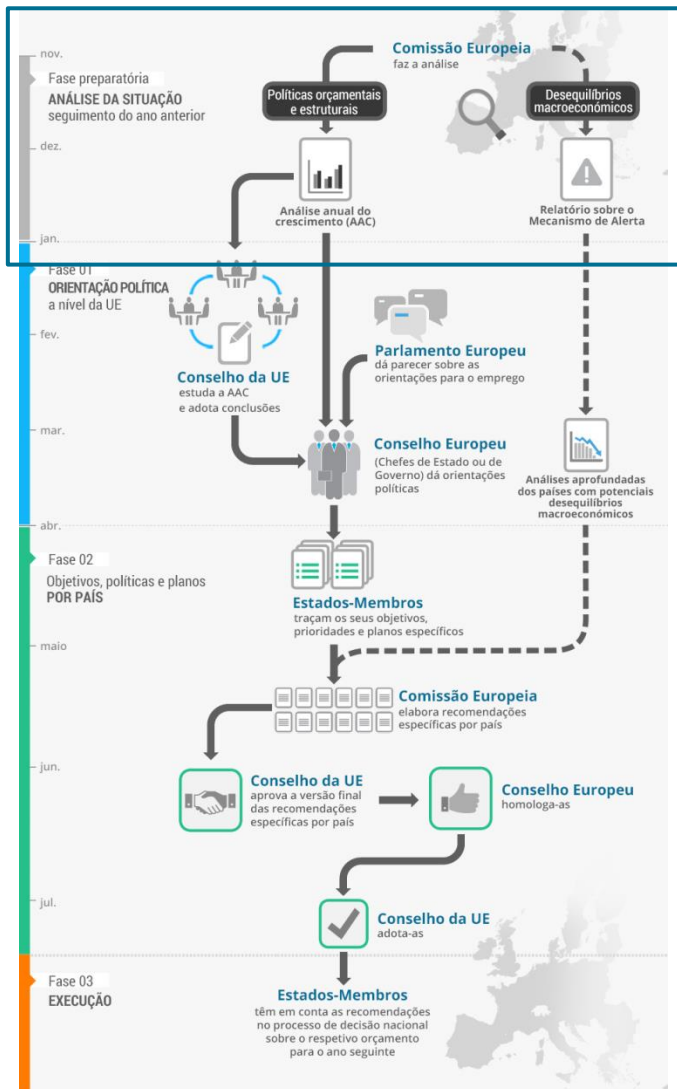


0 ANÁLISE DA SITUAÇÃO

REUNIÕES BILATERAIS *Bilateral Meetings*

Reuniões realizadas entre a Comissão e os Estados-Membros com o intuito de ajustar os termos do ciclo anual a começar seguidamente.

DEZEMBRO



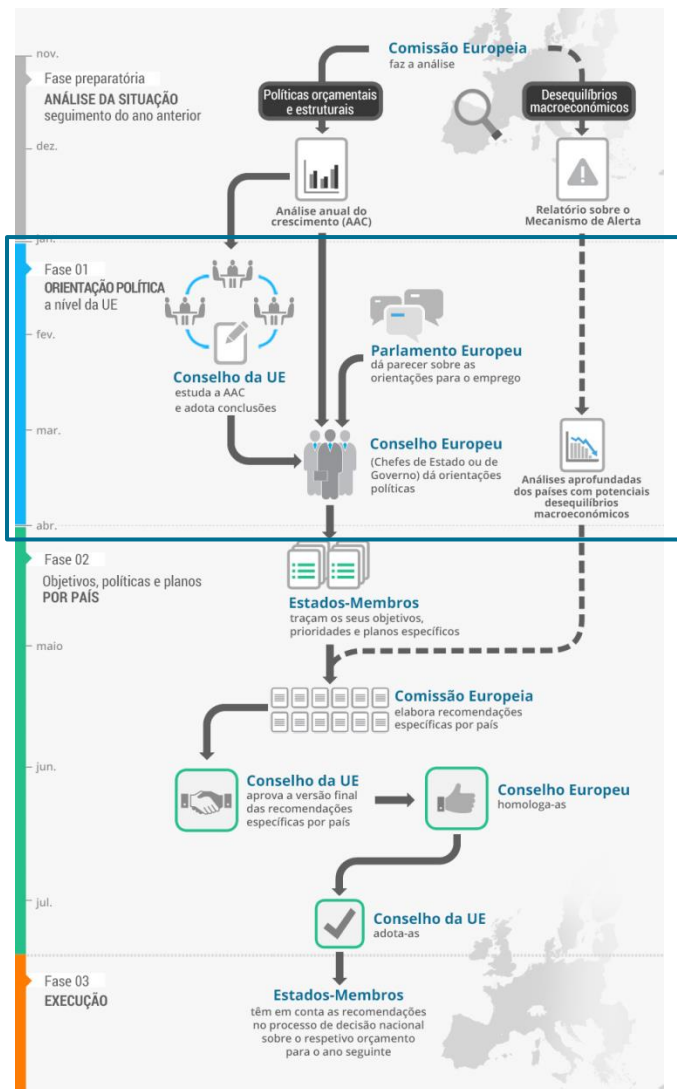
0

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

MISSÕES DE AVERIGUAÇÃO *Fact-Finding Missions*

Missões da Comissão a cada um dos Estados-Membros com o intuito de reunir com as diversas autoridades nacionais, visando recolher informação atualizada sobre a economia e políticas económicas.

DEZEMBRO/JANEIRO



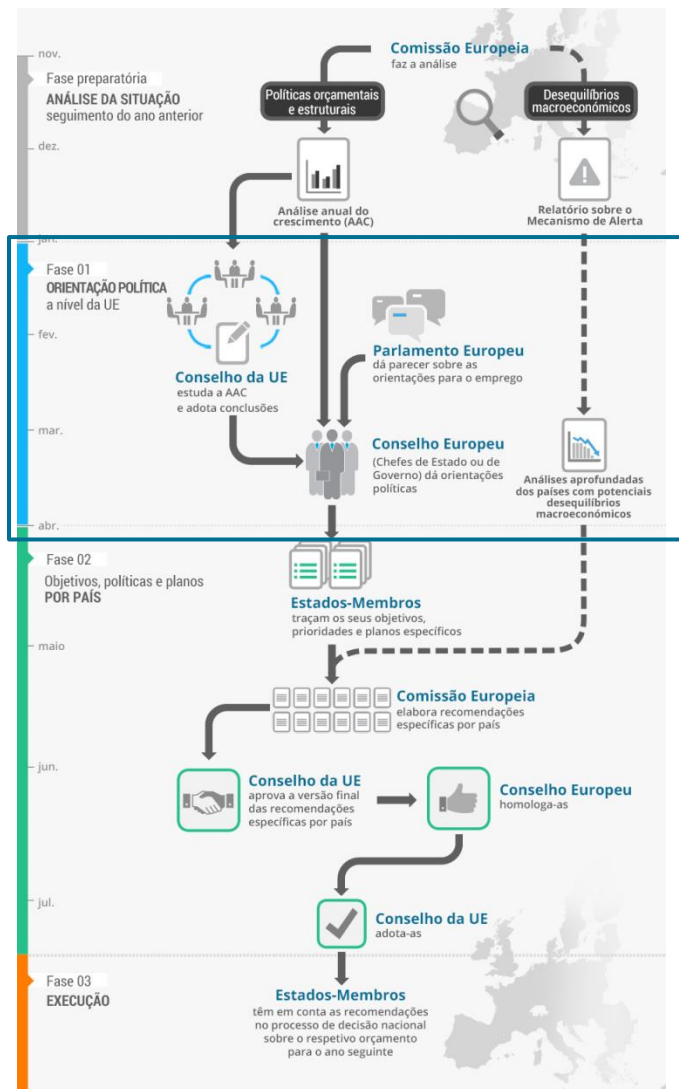
1

ORIENTAÇÃO POLÍTICA

RELATÓRIOS POR PAÍS *Country Reports*

Análise da situação e das políticas económicas de cada Estado-Membro e avaliação da existência de desequilíbrios e desequilíbrios excessivos nos Estados-Membros relativamente aos quais foram realizadas Apreciações Aprofundadas (*In-Depth Reviews*).

FEVEREIRO



1

ORIENTAÇÃO POLÍTICA

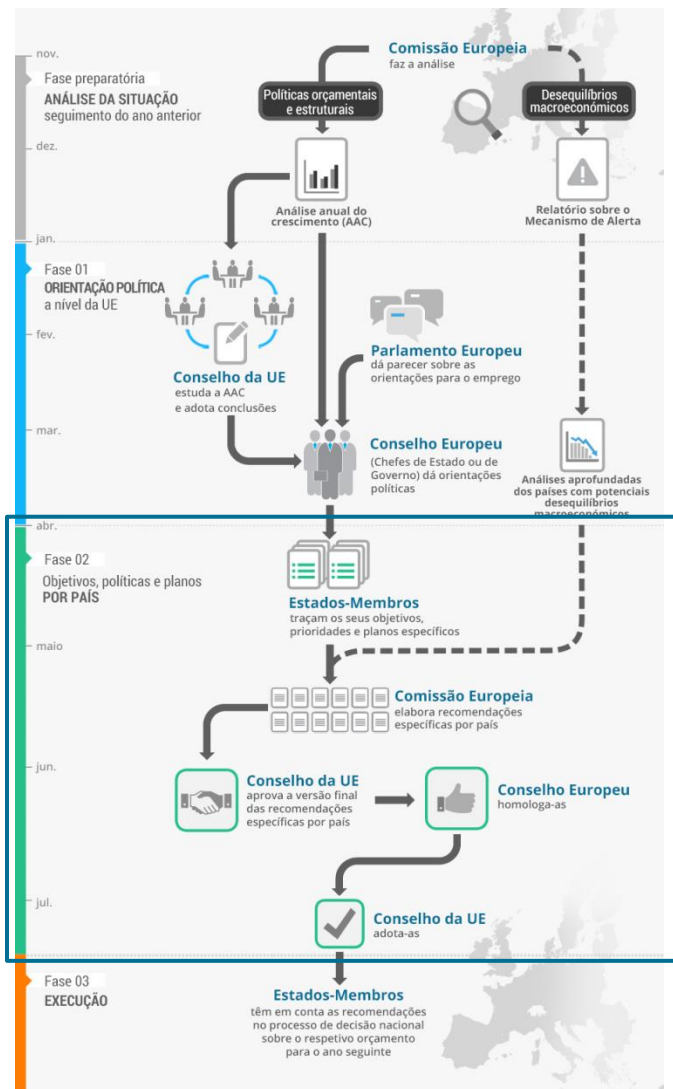
PRIORIDADES ECONÓMICAS

Economic Priorities

O Conselho Europeu da primavera apresenta um balanço da situação macroeconómica global e dos progressos na realização dos objetivos da Estratégia Europa 2020 e formula orientações políticas para as reformas orçamentais, macroeconómicas e estruturais.

Os Estados-Membros são convidados a ter em conta essas orientações ao elaborarem os Programas de Estabilidade ou de Convergência e os Programas Nacionais de Reformas.

MARÇO



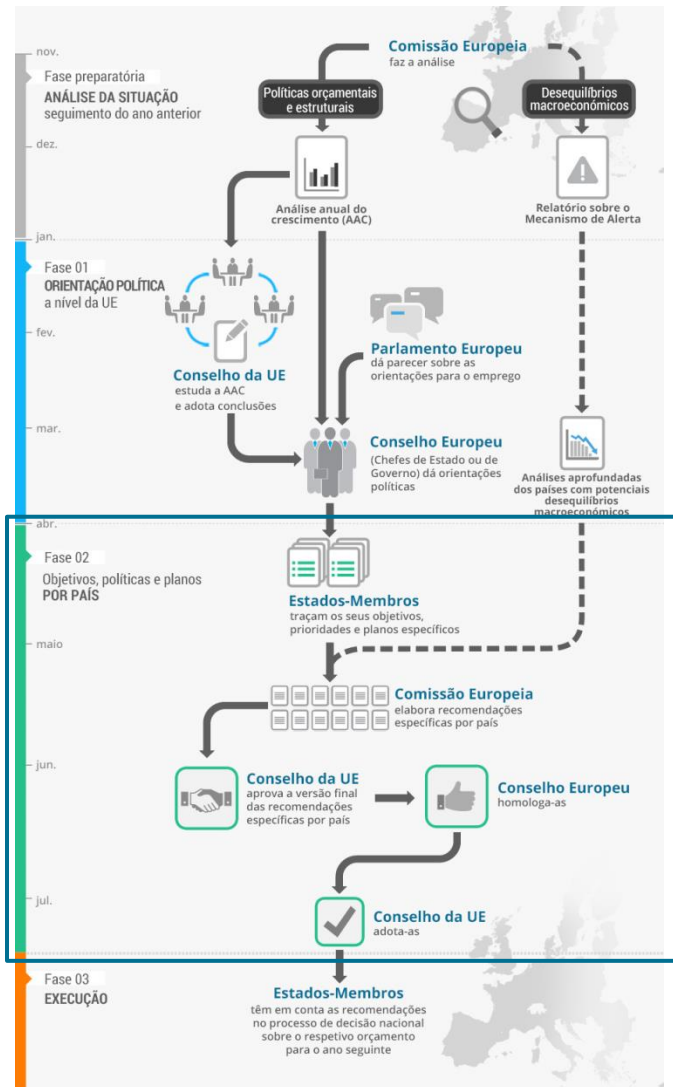
2

POLÍTICAS POR PAÍS

REUNIÕES BILATERAIS *Bilateral Meetings*

Reuniões intercalares realizadas entre a Comissão e os Estados-Membros no âmbito do ciclo anual e dos processos em curso.

MARÇO / ABRIL



2

POLÍTICAS POR PAÍS

PROGRAMAS DE ESTABILIDADE OU DE CONVERGÊNCIA *Stability and Convergence Programmes*

Os Estados-Membros apresentam a respetiva estratégia orçamental a médio prazo, isto é, a forma como planeiam atingir ou manter uma situação orçamental sólida a médio prazo, de acordo com os requisitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Os Programas de Estabilidade são preparados pelos países cuja moeda é o euro, impondo as condições mínimas necessárias para garantir a estabilidade orçamental na área da moeda única.

Os Programas de Convergência são preparados pelos países cuja moeda não é o euro, visando atingir a sustentabilidade orçamental exigida para adesão à área do euro.

ABRIL

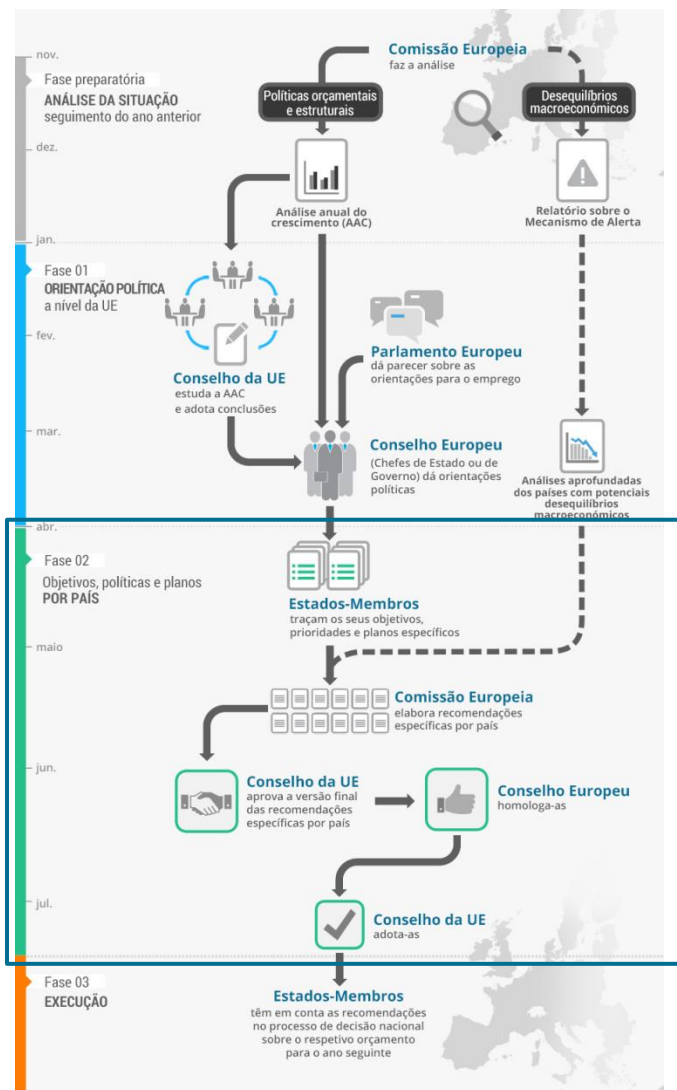
2

POLÍTICAS POR PAÍS

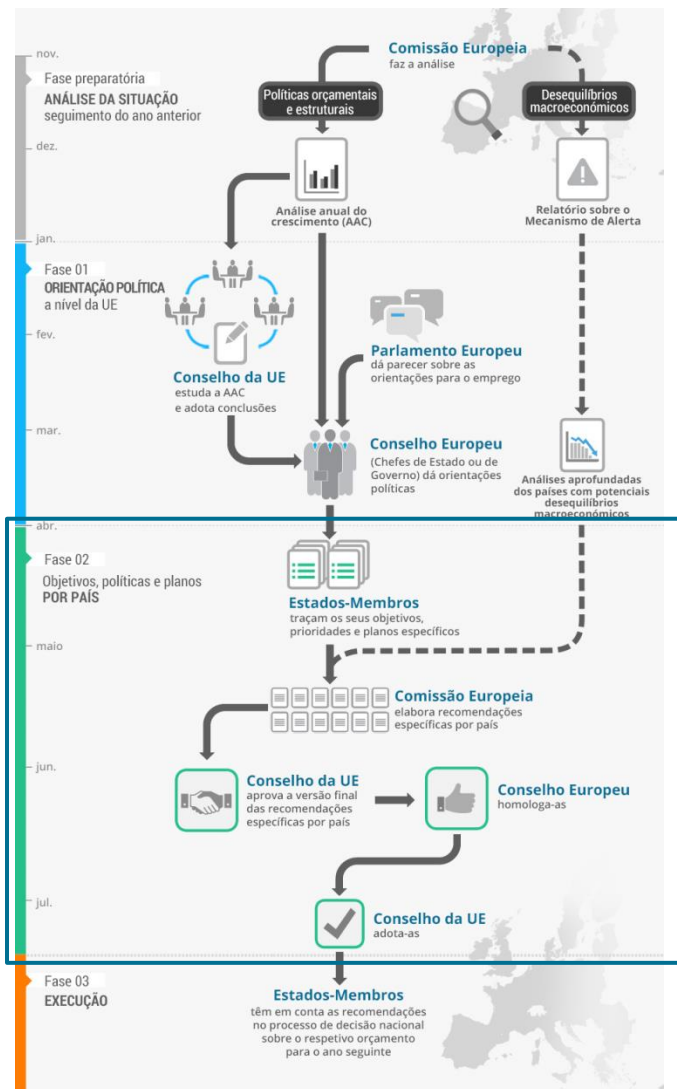
PROGRAMAS NACIONAIS DE REFORMAS

National Reform Programmes

Os Programas Nacionais de Reformas são os documentos em que cada Estado-Membro apresenta o seu plano de reformas estruturais orientadas para a promoção do crescimento e do emprego, de acordo com os objetivos da Estratégia Europa 2020 e com as recomendações específicas do ano anterior.



ABRIL



2

POLÍTICAS POR PAÍS

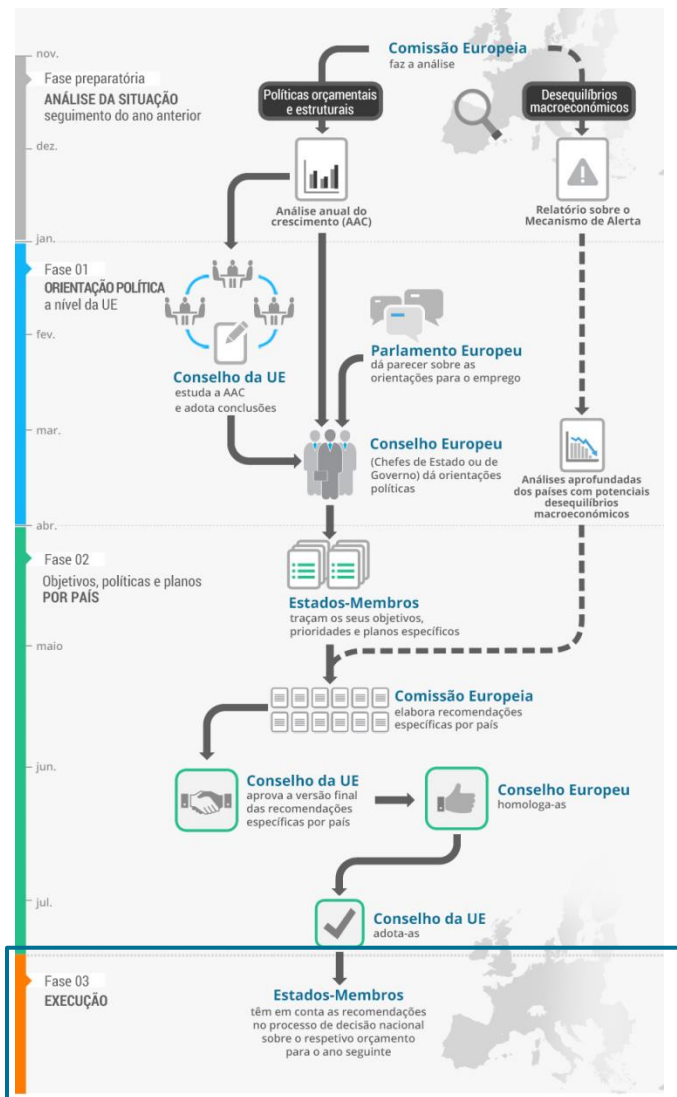
RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS *Country Specific Recommendations*

Documentos elaborados pela Comissão para cada Estado-Membro que apresentam uma análise da situação económica e recomendam as medidas que cada país deve aplicar nos 12 a 18 meses seguintes em domínios como finanças públicas, reformas dos regimes de pensões, desafios da educação e da inovação, medidas de criação de emprego e de combate ao desemprego, entre outros.

Estes documentos são aprovados pelo Conselho da UE em junho, depois são homologados pelo Conselho Europeu em junho e adotados pelo Conselho da UE em julho.

Os Estados-Membros recebem assim orientações estratégicas antes da conclusão dos respetivos projetos de orçamento para o ano seguinte.

MAIO/JULHO



3

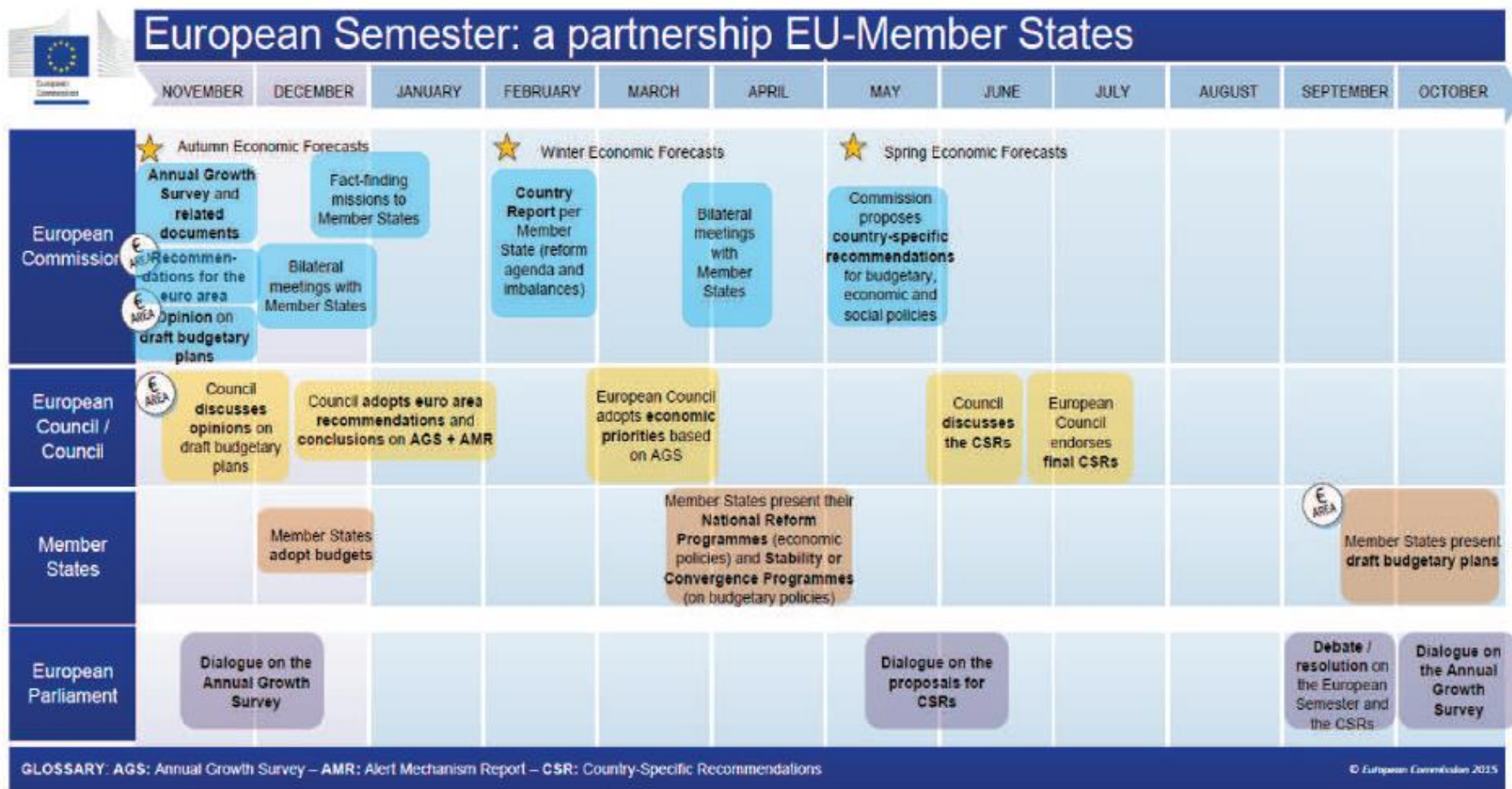
EXECUÇÃO

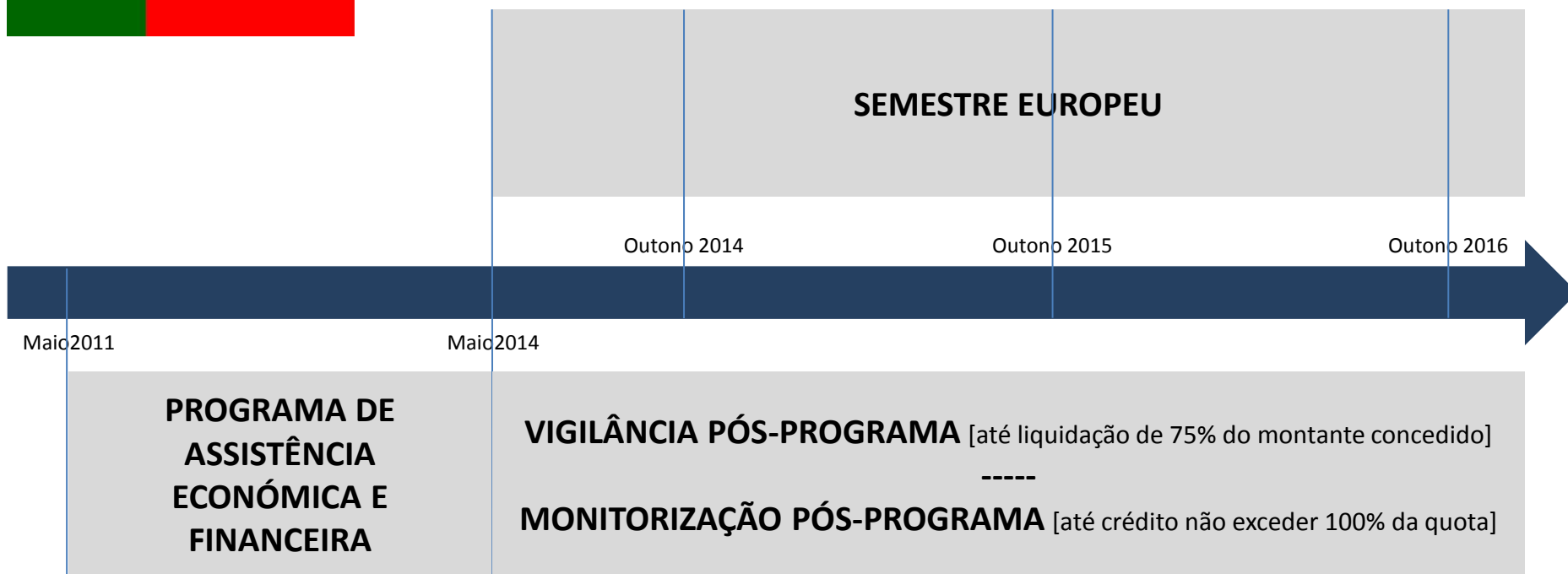
PROJETOS DE PLANOS ORÇAMENTAIS *Draft Budgetary Plans*

Os Estados-Membros da área do euro apresentam os seus Projetos de Planos Orçamentais à Comissão e ao Eurogrupo até 15 de outubro, adotando os respetivos orçamentos nacionais no final do ano, os quais deverão ter em consideração as recomendações específicas.

OUTUBRO

Semestre Europeu



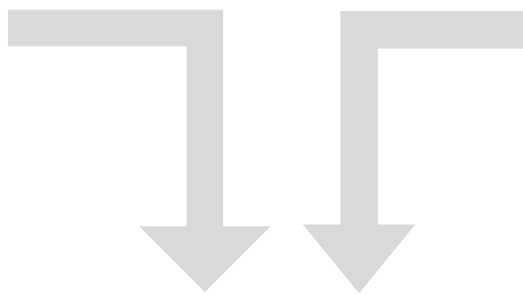


Semestre Europeu

O Semestre Europeu aplica-se a todos os Estados-Membros da UE, com particular ênfase nos países da área do euro.

Para além de todos os procedimentos do Semestre Europeu, Portugal está sujeito a obrigações acrescidas, nomeadamente:

- i. Envio regular de informação, conforme previsto no Acordo de Fornecimento de Dados (*Data Provision Agreement*)
- ii. Missões semestrais



VIGILÂNCIA PÓS-PROGRAMA

Post-Programme Surveillance

Procedimento definido a nível europeu e aplicável aos Estados-Membros que tenham concluído um programa de assistência com conteúdos e calendário específicos para cada país.



MONITORIZAÇÃO PÓS-PROGRAMA

Post-Programme Monitoring

Procedimento aplicado pelo Fundo Monetário Internacional aos países que tenham concluído um programa de assistência.



SEMESTRE EUROPEU



O Semestre Europeu tem por objetivos:

- a Comissão Europeia analisar as políticas de reforma orçamental e estrutural de cada Estado-Membro, fornecer recomendações e monitorar a respetiva implementação;
- os Estados-Membros implementarem as políticas acordadas em comum.

VIGILÂNCIA PÓS-PROGRAMA



O objetivo do PPS é, em última análise, medir a capacidade do Estado-Membro para reembolsar os seus empréstimos pendentes ao ESM e EFSF.

MONITORIZAÇÃO PÓS-PROGRAMA



O objetivo central do PPM é proporcionar um acompanhamento mais próximo das políticas dos membros que têm crédito do Fundo substancial em aberto após o término do programa.

CONSELHO EUROPEU

O Conselho Europeu é o mais alto órgão político da União Europeia.

Responsabilidades: Definição das orientações e prioridades políticas gerais da União Europeia.

Composição: Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, bem como o respetivo Presidente e o Presidente da Comissão.

Presidência: Presidente do Conselho Europeu [Donald Tusk].

Homologa, em fevereiro e junho de cada ano, as recomendações para a área do euro e as recomendações específicas por País

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

O Conselho da União Europeia é a instituição que representa os governos dos Estados-Membros (conhecido informalmente como o Conselho).

Responsabilidades: Adotar legislação e coordenar políticas.

Composição: Ministros dos Estados-Membros, bem como os Comissários relevantes.

Presidência: Rotativa (semestralmente).



ECOFIN

ECOFIN

CONSELHO PARA AS QUESTÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

Economic and Financial Affairs Council

Responsabilidades: coordenação da política europeia nas vertentes económica, orçamental, fiscal, de mercados financeiros e movimentos de capital; relações económicas com países fora da União Europeia; preparação do orçamento europeu; aspetos legais e práticos da moeda única; coordenação de posições europeias em fora internacionais. Aprova e adota recomendações para a área do euro e as recomendações específicas para cada país.

Composição: Ministros das finanças dos Estados-Membros. Inclui Comissários europeus.

Presidência: Rotativa (semestralmente).

Frequência: Mensal.

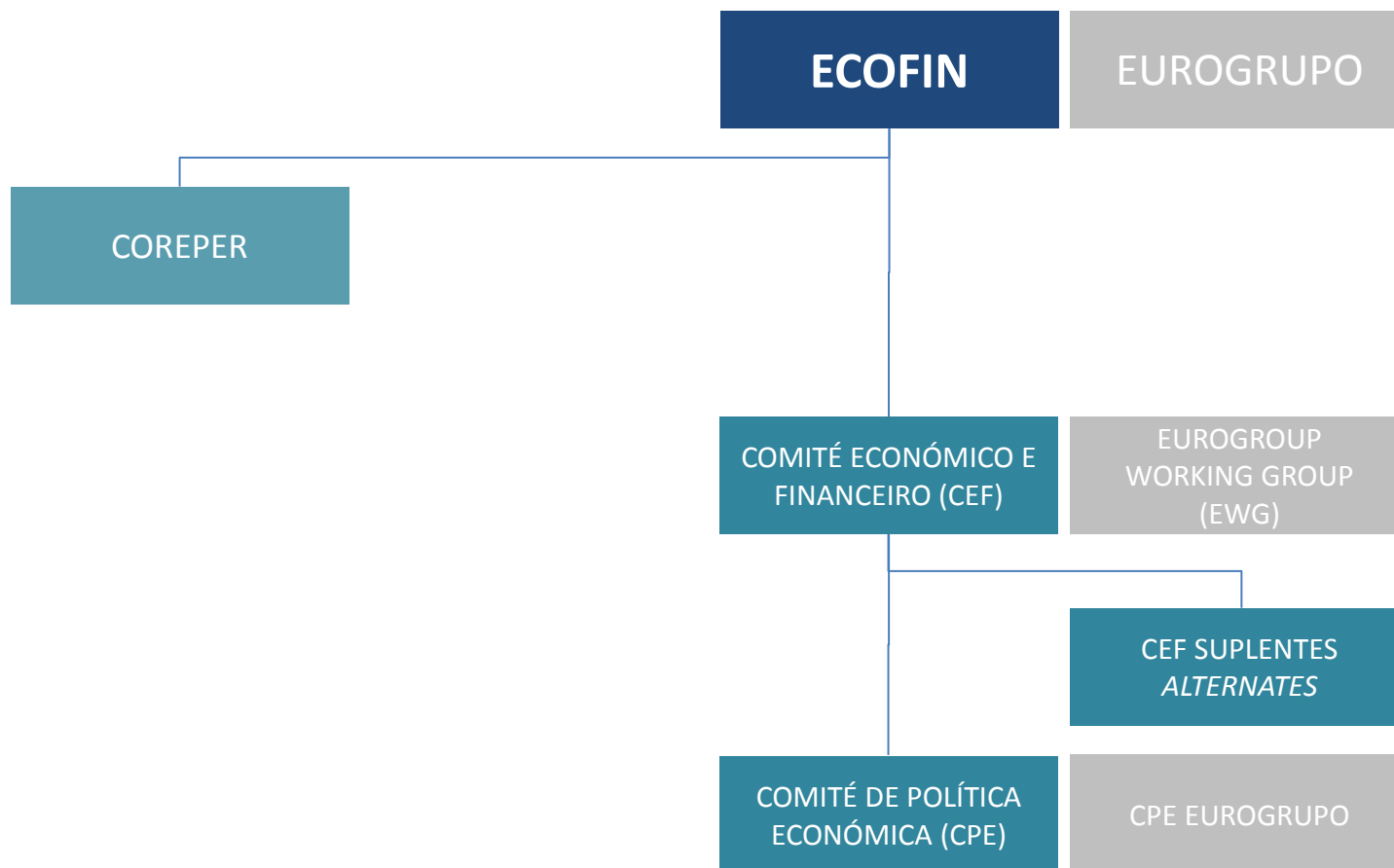
EUROGRUPO

Responsabilidades: Coordenação das políticas económicas entre os Estados-Membros da área do euro; preparação da cimeira do euro. Acompanha a implementação das recomendações para a área do euro.

Composição: Ministros das finanças dos Estados-Membros da área do euro; Comissário europeu para economia, finanças, fiscalidade e assuntos alfandegários; Presidente do BCE.

Presidência: Eleito pelos pares [Jeroen Dijsselbloem].

Frequência: Mensal.



Muito Obrigado

europeansemaster@gpeari.min-financas.pt